

Guerra em Cabo Delgado: Mulheres, raparigas e rapazes estão expostos a violência física e sexual e ao assédio de grupos armados

Um relatório do ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), em parceria com a Escola de Higiene e Medicina Tropical da Universidade de Londres, revela indícios de violência baseada no género generalizada entre os deslocados da guerra em Cabo Delgado. O relatório, intitulado “Uma avaliação rápida da situação e da resposta à violência baseada no género em Cabo Delgado, Moçambique” foi apresentado, na quarta-feira da semana passada, 8 de Dezembro, em Pemba, Cabo Delgado. A guerra em Cabo Delgado que começou em Outubro de 2017, forçou o deslocamento de cerca de 744.000. Segundo o ACNUR, em Fevereiro e Março de 2021, 100.000 pessoas foram forçadas a fugir depois do ataque a Palma.

Segundo o relatório, mulheres e raparigas sentem frequentemente receio de reportar incidentes de violência devido a ameaças pessoais ou às suas famílias. “Em certos casos, estas ameaças são feitas pelos próprios cônjugues / parceiros. Os investigadores receberam relatos de pessoas deslocadas internas de que alguns perpetradores de exploração sexual ameaçam excluir os nomes de mulheres e raparigas das listas de distribuição de assistência humanitária, incluindo apoio em alimentos ou outras formas de assistência, caso estas reportem os incidentes”, lê-se no estudo que conta que um entrevistado comunicou aos investigadores o caso de um “líder comunitário” que abusou sexualmente de uma mulher deslocada e pressionou o seu senhorio a ameaçá-la com possível despejo, caso esta não retirasse a queixa apresentada na Polícia. “Estamos preocupados com estas graves descobertas”, disse Samuel Chakwera, representante do ACNUR em Moçambique. E apelou: “Devemos fazer mais para dar resposta a esta crise e apoiar famílias deslocadas e respectivas comunidades de acolhimento”. O estudo indica que é também reportada violência sexual em Centros de Acolhimento de Deslocados Internos, uma vez que as áreas extensas destes centros carecem em geral de mecanismos básicos de segurança e acesso a serviços de protecção, incluindo Polícia e assistência médica. “Mulheres e raparigas estão frequentemente expostas a abuso sexual, seja a caminho dos terrenos agrícolas / hortas, quando saem para recolher lenha ou água, ou mesmo dentro das suas próprias casas. A violência sexual pode ser cometida por familiares, homens das comunidades deslocadas ou de acolhimento, e membros de grupos armados não estatais”, concluiu o estudo. Os investigadores do ACNUR e da Escola de Higiene e Medicina Tropical da Universidade de Londres recolheram depoimentos de membros das comunidades de deslocados e de acolhimento, incluindo de “activistas comunitários” (voluntários) e provedores de serviços contra a violência baseada no género (saúde, gestão de casos, apoio psicossocial e jurídico) através de debates presenciais em grupo e entrevistas individuais. O ACNUR trabalha em colaboração com o Governo de Moçambique e parceiros para prevenir e responder à violência baseada no género no Norte de Moçambique, o que inclui o estabelecimento de serviços de apoio a sobreviventes de violência baseada no género ao alcance de 43.000 pessoas, campanhas de prevenção e consciencialização sobre a violência baseada no género, abrangendo cerca de 21.000 pessoas, formação de cerca de quinhentos funcionários do Governo e de organizações humanitárias e trezentos voluntários / activistas comunitários para a prevenção e resposta à violência baseada no género e o estabelecimento de seis equipas móveis que fornecem serviços integrados contra a violência baseada no género, de saúde mental e apoio psicossocial e seis canais de reencaminhamento de casos, pondo os sobreviventes em contacto com os serviços relevantes. O estudo também menciona o facto de muitos deslocados não possuírem documentos de identificação civil, o que os expõe à violência física e sexual de agentes armados, limita a sua liberdade de movimento e impede o acesso a serviços básicos de saúde e educação. Para ajudar a solucionar este problema, o ACNUR e a Universidade Católica de Moçambique prestaram aconselhamento jurídico a cerca de 15.000 pessoas, incluindo o fornecimento de documentos de identificação para cerca de 7.500. O ACNUR financiou o estudo com o apoio dos Estados Unidos da América e agradece o apoio de todos os seus doadores, em particular a Dinamarca, a França, o Fundo Central das Nações Unidas de Apoio a Emergências, o Japão, a Suécia e a União Europeia.